

ATA DA 119ª REUNIÃO (28.03.88) TARDE

Às 15:00 do dia 28 de março de 1988, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELOAR GUAZELLI, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDICTO AZEVEDO MARQUES, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. **Ausências justificadas:** Conselheiros RUY DA COSTA ANTUNES e RENÉ ARIEL DOTTI. **I- Convidado presente:** Doutor ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA, Diretor-Geral do DEPEN/MJ. **II- Processos e expedientes relatados:** 1) Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO: a) Ofício S/Nº e data - da Vice-Previdência da Associação dos Agentes de Segurança Penitenciária/SP - Assunto: corrupção, tráfico de entorpecentes e alimentação na Casa de Detenção/SP - VOTO: pelo arquivamento. **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime. 2) Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI: a) Processo-MJ-Nº 00448/83 - Assunto: remição de pena. VOTO: pela aprovação com louvor, do Parecer exarado pelo Diretor da DIC/DEPEN - Doutor EDSON RAIMUNDO MACHADO e, emissão de Resolução CNCP no sentido de recomendar aos diversos Sistemas do País que adotem mecanismos de controle da remição, de acordo com as normas da Resolução a ser baixada; b) Ofícios Nºs 058 e 085/88 - o primeiro procedente do Conselho Penitenciário de Santa Catarina e o segundo do Conselho Penitenciário do Paraná - Assunto: ambos, mesma finalidade, qual seja a de dar conhecimento ao CNCP dos trabalhos realizados. VOTO: "1. Os Relatórios ora analisados, do Conselho Penitenciário do Estado de Santa Catarina e do Paraná, mostram atividade profícua, digna de elogios. 2. Registra-se o auspicioso fato, propício que, devidamente identificados de seus expressivos termos os eminentes Senhores Conselheiros, sejam arquivados os autos após a comunicação deste sucinto exame ao Douto Órgão estadual". **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime; c) Ofício-DEPEN de 25.05.87 - Assunto: transferência de preso. VOTO: "1. As informações prestadas pelo DEPEN, mostram, já agora, a excelência do trabalho realizado. 2. E patentemente, outrossim, a lamentável negligência dos órgãos destinatários das solicitações, omitindo-se no dever de colaborar para sua pronta e eficaz concretização. 3. Por isso que voto no sentido de oficializar-se ao DEPEN, congratulando-se o Egrégio Conselho com a sua atuação, e aos Exmos. Srs. Corregedores da Justiça e Secretários de Justiça dos Estados, para as deliberações de providências administrativas e/ou correccionais entendidas cabíveis e convenientes". **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime; d) Ofícios Nº 129/87 e S/Nº e data, respectivamente, das Associações dos Servidores Penitenciários do Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais - Assunto: melhoria da classe de Guardas de Presídio. VOTO: "Estes Expeientes, do mesmo modo que o relativo aos Ofícios Nºs 009/87, 010/87, 131/87, 537/87 e sem número e sem data, relatado em 14 de setembro de 1987, levam à necessidade, já considerada, de elaboração de Projeto de Lei, em vias de concretização. Pelo arquivamento, portanto, comunicando-se aos interessados". **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime. e) Ofício S/Nº e data - procedente dos Agentes de Segurança da Casa de Detenção de São Paulo. VOTO: "Este expediente, nos termos em que lançado, faz p. desmerecer qualquer atenção do Egrégio Conselho. Por isso que proponho o arquivamento, sem nenhuma consideração". **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime. f) Telex S/Nº da Justiça Federal de Pernambuco. Assunto: "cumprimento de pena na Justiça Comum e na Justiça Federal". VOTO: pelo aprofundamento do assunto. **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime. 3) Conselheiro JOÃO BENEDICTO AZEVEDO MARQUES: a) Ofício Nº 541/eb/DEGE-Prot-C.G./SP Nº 33.824/87 - Assunto: Habeas Corpus nº 7.930/0 da Comarca de Itapeverica da Serra/SP - VOTO: "Em se tratando de caso 'sub judice' não compete ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária manifestar-se sobre o mérito. Entretanto, tratando-se de hipótese semelhante a consultada formulada pela Secretaria de Justiça de Sergipe, só licitamos que cópia do parecer seja encaminhado ao Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, arquivando-se o expediente". **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime; b) Ofício nº 391/87 - Assunto: solicitação das Secretarias de Justiça, Trabalho e Ação Social de Sergipe sobre legislação que disciplina a permanência de menores nos estabelecimentos penais para adultos. VOTO: "Menor infrator, com desvio de conduta ou jovem adulto, isto é, o menor que permanece com medida de internação entre os 18 e 21 anos de idade, em princípio só deve ser internado em estabelecimento adequado de menores, nos termos do art. 41 da Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979. Somente, em caráter excepcional, estes menores poderão ser internados em estabelecimentos penitenciários, em seção isolada e com instalações apropriadas, de modo a garantir a incomunicabilidade, desde que não haja vagas ou inexistência estabelecimento apropriado. Neste caso, a omissão do estado no cumprimento da lei deverá ser comunicada ao Ministério Público Estadual, para que o mesmo através das Curadorias de Famílias e de Menores adote as providências cabíveis a fim de que o estado tenha os estabelecimentos referidos nos arts. 9º e 10 do Código de Menores". **Decisão-CNCP:** pela aprovação, votação unânime. c) Expediente S/Nº de 25.01.88. - Assunto: permanência da atual administração da Penitenciária Central Dr. João Chaves - PB - VOTO: pelo arquivamento. **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime. Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

ATA DA 120ª REUNIÃO (29.03.88) MANHÃ

Às 10:00 do dia 29 de março de 1988, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELOAR GUAZELLI, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDICTO AZEVEDO MARQUES, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO e ROGÉRIO LAURIA TUCCI. **Ausências justificadas:** Conselheiros RUY DA COSTA ANTUNES, RENÉ ARIEL DOTTI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. **Convidado presente:** Doutor ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA. **I- Processos e expedientes relatados:** 1) Conselheiro JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS: a) Ofício-DG-DEPEN-Nº 2891/87 - Assunto: Relatório da Divisão de Cadastro e

Processamento do DEPEN sobre trabalho de orientação dos representantes das áreas relacionadas àquele setor nas diversas unidades da Federação. VOTO: pelo esclarecimento dos motivos da ausência dos representantes de Sergipe, Alagoas e Espírito Santo e, avaliação da metodologia adotada, após, a apuração dos questionários e tabulação dos dados. **Decisão-CNCP:** remessa do expediente ao DEPEN e encontro do Presidente do Conselho com o Presidente do IBGE; b) Expediente S/Nº de 20.01.88. - Assunto: sentenciado da Penitenciária Lemos Brito encaminha sugestão para criação de prisão-empresa, referindo-se à denúncias relativas à execução da pena na aquele Estado. VOTO: pelo encaminhamento do expediente à Vara de Execuções Penais da Bahia e remessa de cópia do expediente CNCP ao interessado. **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime; c) Processo-MJ-Nº 1118/87 - Assunto: Relatório oriundo da Vara de Execuções Penais de Salvador/BA sobre a situação dos estabelecimentos prisionais da capital baiana, particularmente da Penitenciária Lemos de Brito e do Regime Semi-Aberto. VOTO: "Sugiro que o DEPEN, em contato direto com o Secretário de Justiça do Estado elabore um elenco de medidas a curto e médio prazo para elaboração de projetos prioritários que condicionem a liberação das verbas, e que isso se faça com o mínimo de trâmites burocráticos. O relatório da visita da subcomissão a esses estabelecimentos, em novembro último, nada acrescentaria, senão agravaria, o que já se contém no processo, bastante minucioso sobre a situação da Penitenciária e das demais unidades do sistema prisional baiano". **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime; d) Processo-MJ-Nº 10.360/87 - Assunto: solicitação do ILANUD, no sentido de obter informações quanto a delinquentes estrangeiros no Brasil. VOTO: pelo encaminhamento ao DEPEN para complementação de dados; e) Processo-MJ-Nº 13619/87 - Assunto: Projeto Emancipação, oriundo da Universidade Federal de Santa Maria/RS - VOTO: "Torna-se necessário que a Universidade Federal de Santa Maria explicita certos pontos fundamentais, a saber: - qual seria o número aproximado de apenados e família abrangidos no projeto; - qual o número de professores, alunos e técnicos nele comprometidos; - qual o vulto aproximado dos recursos existentes a curto, médio e longo prazo; - qual a programação das atividades interdisciplinares por enquanto esboçadas; e finalmente - como se faria a coordenação do projeto, sabendo-se que quanto maior o número e mais complexa a natureza das entidades abrangidas mais difícil se torna tal cooperação. **Observação:** Nada impede, portanto, que o Ministério da Justiça, a título de incentivo aos louváveis esforços da Universidade no sentido de minorar os sofrimentos dos detentos e suas famílias, assine o presente termo, reservando-se o direito de apreciar em separado como documento independente o documento definitivo previsto na cláusula quarta". **Decisão-CNCP:** pela remessa do processo ao DEPEN para conhecimento do teor de todo o relatório e diligenciar junto à Universidade de Santa Maria, no sentido de completar as providências constantes do voto; f) Ofício nº 411/87 - Assunto: Relatório da Escola Penitenciária Nacional - Região Sul e Anteprojeto de Regimento Interno do Núcleo Região Sul. VOTO: "- articulação da Escola com as Secretarias Estaduais tendo em vista que suas atribuições não se limitam a formação de pessoal, divulgação de experiências e promoção de pesquisas, mas também proposituras de políticas; - urgência e importância, do treinamento do pessoal de escalão médio e inferior; - estímulo a apresentação de experiências e projetos concretos de melhoria dos relacionamentos humanos nos presídios". **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime; g) Ofício-Circular-Nº 094/87-DST-MJ - Assunto: Relatório estatístico de pesquisas que englobam atividades das Polícias Civil e Militar nos três primeiros trimestres de 1986. VOTO: "Iniciativa do Ministério da Justiça através do DEPEN, no sentido de uma colaboração com as unidades federais para aprimoramento de seus sistemas estatísticos, dada sua relevância no apoio, complementação e continuidade das atividades previstas no futuro Censo Nacional do Crime e das Penitenciárias; - necessidade de implementação de programas preventivos que associem polícia e comunidade numa visão mais ampla". 2) Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO: a) Ofício Nº 17/88 - Assunto: Relatório/1988 do Conselho Penitenciário de Pernambuco. VOTO: visitas pautadas do Conselho Penitenciário aos estabelecimentos penais daquele Estado. **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime; b) Expediente S/Nº e data da Associação dos Policiais Penitenciários do Estado de Pernambuco. VOTO: pelo arquivamento. **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime; c) Expediente S/Nº da Câmara Municipal de Charqueadas/RS. Assunto: sugestões para a elaboração de programa de reeducação do apenado. VOTO: pelo arquivamento. **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime; d) Ofício nº 131/87 - Assunto: interdição de estabelecimento prisional em São Sebastião do Cai/RS - VOTO: pelo arquivamento após remessa do expediente ao Prefeito de Cai, informando-o que aquela cidade não foi incluída no plano de prioridades da Secretaria de Justiça/RS. 3) Conselheira ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND - a) Relatório "Prisões da Região Sul" - ano 1987. Apresentado substancialmente ilustrado com fotografias dos presídios da Região Sul, relatou minuciosamente a visita realizada em setembro de 1987. A Relatora constatou condições positivas no Sistema Penitenciário do Sul, tanto no que se refere às instalações, quanto ao interesse dos dirigentes que se primam por aproximarem tanto quanto possível das premissas da Lei nº 7.210/84. Aludiu-se ao Sistema Penitenciário da mencionada Região como um dos melhores do País, ressaltando-se características de pequeno porte que merecem a atenção do Conselho. **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime. Face a exiguidade de tempo o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente
(Of. nº 52/88)

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

DEPARTAMENTO FEDERAL DE JUSTIÇA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Permanência definitiva indeferida

PROCESSO Nº 08255-001.766/84/BA - LUIS FILIPE BOUHON NETTO VALENTE

"Mantenho o ato de fls. 28, eis que a Lei 6.815/80, em seu artigo 38, veda a legalização da estada dos irregulares".

EURÍPEDES CARVALHO PIMENTA